

# RESOLUÇÃO Nº 32/2005 - REVOGADA

(Publicado no Diário Oficial de 02 e 03/04/2005)

Ratificada e Alterada pela Resolução nº 28/06.

Revogada pela Resolução nº 76/19.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à RUI BARBOSA COMPONENTES, ARTEFATOS E CALÇADOS LTDA.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria RUI BARBOSA COMPONENTES, ARTEFATOS E CALÇADOS LTDA., a se instalar no município de Riachão do Jacuípe - neste Estado, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 28, de 04/10/06, DOE de 07 e 08/10/06, efeitos a partir de 07/10/06.

**Redação original, efeitos até 06/10/06:**

*"Art. 1º Conceder, “ad referendum” do Plenário, à indústria RUI BARBOSA COMPONENTES, ARTEFATOS E CALÇADOS LTDA., a se instalar no município de Rui Barbosa - neste Estado, os seguintes benefícios:"*

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela RUI BARBOSA COMPONENTES, ARTEFATOS E CALÇADOS LTDA., nas operações de saídas de biqueiras, alma aço/tubos, pinos e solados de PU e de TR, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 28, de 04/10/06, DOE de 07 e 08/10/06, efeitos a partir de 07/10/06.

**Redação original, efeitos até 06/10/06:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela RUI BARBOSA COMPONENTES, ARTEFATOS E CALÇADOS LTDA., nas operações de saídas de fivelas, enfeites para calçados, navalhas, cintos, calçados e bolsas, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal."*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 1º de abril de 2005.

**JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO**  
Presidente